

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS CONTEXTOS¹

CLÁUDIA INES KAIM PIENIZ²

GREICE AMANN³

RESUMO:

“Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” Este trabalho se propôs a estudar a Educação Ambiental, seus elos e caminhos históricos, princípios e lugares da Educação Ambiental, a temática, meio ambiente como estratégia de Educação Ambiental no contexto escolar. De acordo com a pesquisa bibliográfica, o objetivo principal desta análise é propor ações educativas sobre questões e problemas ambientais, através de métodos ativos, conscientizando sobre a necessidade de proteção e preservação do meio ambiente. Constatou-se que educação ambiental na escola é hoje o instrumento muito eficaz para se conseguir criar e aplicar formas sustentáveis de interação sociedade-natureza. Este é o caminho para que cada indivíduo mude de hábitos e adquira novas atitudes que levem à diminuição da degradação ambiental, promovendo a melhoria da qualidade de vida e reduzam a coação sobre os recursos ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental, meio ambiente, ações educativas.

ABSTRACT

"Environmental education is understood as the processes through which the individual and the community construct social values, knowledge, skills, attitudes and skills aimed at the conservation of the environment, as well as the common use of the people, essential to healthy quality of life and its sustainability. "This paper aims to study Environmental Education, its links and historical paths, principles and places of Environmental Education, the environmental theme as a strategy of Environmental Education in the school context. According to the bibliographical research, the main objective of this analysis is to propose educational actions on environmental issues and problems through active methods, raising awareness about the need for protection and preservation of the environment. and to apply sustainable forms of society-nature interaction. so that each individual changes his habits and acquires new attitudes that lead to the reduction of the environmental degradation, promoting the improvement of the quality of life and reduce the constraint on the environmental resources.

Keywords: Environmental Education, environment, educational actions

¹Artigo: Educação Ambiental e seus Contextos.

² Pedagoga, Graduada em licenciatura plena Pedagogia pela UNEMAT, MT com Especialização (Lato Sensu) em Psicopedagogia Institucional e Clínica e Educação Inclusiva pela FAMA, RO; Especialização em Didática e Metodologia do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos -EJA pela FAMA; Especialização em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento pela FAMA.

³ GREICE AMANN – Formada Licenciatura Plena Pedagogia pela UNEMAT; Pós graduação em Psicopedagogia pela UNEMAT.

1. INTRODUÇÃO

A opção pela temática deve-se à preocupação com os princípios da Educação Ambiental, que apontam para a necessidade de reconstrução da relação homem e natureza afim de derrubar definitivamente a crença do ser humano como senhor da natureza e alheio a ela; ampliando o conhecimento sobre como a natureza se comporta e a vida se processa. E dessa forma despertar no âmbito escolar, valores e atitudes que respeitem o meio ambiente. Dentro desta abordagem nossa finalidade está em pesquisar vários autores a respeito do assunto e dessa forma sintetizar e compreender Educação Ambiental, seus avanços e retrocessos, meio ambiente e seus contextos.

Iniciaremos descrevendo o caminho histórico da Educação Ambiental mundial e no Brasil suas definições e objetivos, segundo vários autores e suas descrições. Em seguida buscamos transpor a Educação Ambiental perpassando o ensino das Ciências Naturais, envolvendo as demais disciplinas nas séries iniciais; e a historicidade do ensino das ciências no Brasil bem como, verificar como o meio ambiente pode ser trabalhado no contexto escolar na perspectiva da Educação Ambiental.

2. CAMINHOS HISTÓRICOS

A construção deste capítulo direciona-se para uma discussão que atinge alguns conceitos e a trajetória histórica da Educação Ambiental.

Assim, o conceito de Educação Ambiental varia de interpretações, de acordo com cada contexto e conforme a influência e vivência de cada indivíduo. No Brasil a definição oficial de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente é: “[...] um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, experiências e determinação que os tornam aptos a agir, individual ou coletivamente na resolução de problemas ambientais presentes e futuros” (www.mma.gov.br).

A Constituição Federal de 1988, e a Lei da Educação Ambiental (Lei nº. 9.795) incorporam esta evolução conceitual, descrita no art. 1º da Lei 9.795:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais, o indivíduo e a coletividade constrói valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio

ambiente, bem como o uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei federal n.º 9.795, de 27/04/1999).

Em outras palavras, a Educação Ambiental é um instrumento para o exercício da cidadania, na medida em que leva o ser humano a refletir e agir em nome da preservação da qualidade de vida, orientando-o para o uso adequado dos recursos naturais. Tem como objetivo, formar pensamento crítico e inovador nas diferentes formas de conhecimento, visando à manutenção da qualidade de vida no planeta. A Educação Ambiental torna-se um processo de formação e informação que tem por finalidade o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levam a participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental. Como vimos:

[...] as definições são abundantes, mas de certa forma, as mais recentes guardam, entre si, vários pontos comuns quando acentuam a necessidade de considerarmos os vários aspectos que compõe uma dada questão ambiental, isto é, a necessidade de uma abordagem integradora, holística. (DIAS, 1994, p. 23).

Pois, do contrário,

[...] tratar a Educação Ambiental abordando-se apenas um dos seus aspectos [...] seria praticar o mais ingênuo e primário reducionismo. Seria adotar o verde pelo verde, o ecologismo e desconsiderar de forma lamentável as raízes profundas das nossas mazelas ambientais, situadas nos modelos de desenvolvimento adotados sob a tutela dos credores internacionais. Sob esta ótica, as novas definições da Educação Ambiental começaram a ser delineadas (DIAS, 1994, p. 26).

Dentro do processo histórico, a Educação Ambiental no plano internacional começa a ser assunto de interesse “de políticas públicas na I Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, realizada em 1972 em Estocolmo, Suécia (...) em 1977 foi tema da I Conferência sobre Educação Ambiental em Tbilisi (na ex-URSS), e na II Conferência, em Tessalônica, Grécia (CARVALHO, 2004, p. 52). Todos estes encontros foram promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) ”.

Neste período, o conceito e as perspectivas da Educação Ambiental permeavam o entendimento de que era preciso cuidar dos recursos naturais. A falácia direcionava-se para a construção de uma ideologia pautada na conservação dos recursos e na aplicabilidade de uma sociedade sustentável. Dessa forma,

[...] a Educação Ambiental é concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos com uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e má distribuição no acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriados (CARVALHO, 2004, p. 51-52).

No Brasil os primórdios da Educação Ambiental manifestam-se na década de 70, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), subordinada ao Ministério dos Transportes, através da legislação de 1973 “A SEMA será a responsável pelos projetos de educação ambiental e o Ministério dos Transportes o responsável pela construção da Transamazônica e pela integração dessa região ao resto do País”. (REIGOTA, 2004, p. 50). O conceito de Educação Ambiental, dessa época instigava “que o homem deve examinar a si próprio, seus objetivos e valores” (REIGOTA, 2004, p. 14).

Para Reigota (2004), a Educação Ambiental, oficial desse período, é importante somente como referência histórica, pois existe apenas como consciência crítica realizada em pequenos grupos. Esse caráter histórico é pouco envolvente na comunidade brasileira, e está relacionado à forma com que se iniciam os primeiros encontros de Educação Ambiental. Estes são regionalizados, pois,

[...] foi em Sorocaba, São Paulo, que ocorreu em 1984 o Primeiro Encontro Paulista de Educação Ambiental. Embora de caráter regional, esse encontro reuniu pela primeira vez no Brasil os poucos praticantes e pesquisadores em educação ambiental que apresentaram trabalhos realizados nos últimos anos (REIGOTA, 2004, p. 51).

É principalmente nas décadas de 80 e 90, com o aumento da consciência ambiental, que a Educação Ambiental aumenta e se torna cada vez mais conhecida. As principais políticas públicas para a Educação Ambiental há partir dos anos 80, segundo Carvalho (2004) foram: Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental 1984; inclusão da Educação Ambiental como direito de todos e dever do Estado no capítulo de meio ambiente da Constituição de 1988; criação dos Núcleos de Educação Ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Além das questões legais e de organizações governamentais de meio ambiente, englobaram as políticas públicas os centros de Educação Ambiental criados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1992, através da incorporação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Este programa é articulado entre dois

órgãos governamentais, o MEC e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Essa articulação teve seu início no ano de 1994.

Outro avanço importante neste processo histórico é a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais [PCNs] de meio ambiente, definidos pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC. A temática é incluída como um dos temas transversais, e esse movimento educativo é disseminado no território brasileiro de forma significativa, a partir de 1997.

Sabemos que os Parâmetros Curriculares Nacionais de meio Ambiente por si só acabaram por não alcançar seus reais objetivos, como medida educativa e com a finalidade de ampliar o processo de incorporação da Educação Ambiental por todo o país, como prática pedagógica e de sensibilização as questões de cidadania socioambiental, foi feita à implementação do Programa dos Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola, pelo MEC em 2001.

Contamos ainda com a aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental pela Lei 9.795 em 1999. Esta legislação dispõe sobre a Educação Ambiental como componente essencial da educação do povo brasileiro, caracterizando a Educação Ambiental, no ensino formal, não formal e execução de projetos e programas que atendam diferentes regiões do país. Essa legislação foi regulamentada pelo decreto nº. 4.281 de 2002, concomitante à criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental reunindo MEC e MMA em 2003.

No contexto brasileiro nas últimas décadas o evento não governamental com maior significado político para a Educação Ambiental foi:

[...] o Fórum Global, que ocorreu paralelamente a conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Rio-92. Nessa ocasião, as ONGs e os movimentos sociais de todo o mundo reunidos no Fórum Global formularam o tratado de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis, cuja importância foi definir o marco político para o projeto pedagógico da Educação Ambiental. Esse tratado está na base da formação da rede Brasileira de Educação Ambiental, bem como das diversas redes estaduais, que formam grande articulação de entidades não governamentais, escolas, universidades e pessoas que querem fortalecer as diferentes ações, atividades, programas e políticas em Educação Ambiental (CARVALHO, 2004 p. 53,54).

Foi exatamente neste fórum que ficou definido que os países participantes estariam elaborando documentos educativos que disseminassem a ação da Educação Ambiental e que estes deveriam ser de caráter transversal. Temos compreendido como

transversalidade a forma com que determinada temática perpassa pelo currículo escolar, e também, por comunidades aprendentes.

Segundo Brandão apud Ferraro Júnior (2005), “as comunidades aprendentes são caracterizadas como grupos que buscam a melhoria da qualidade de vida, inter-trocando saberes, de forma que vão aprendendo e ensinando no contexto de suas vivências e experiências”.

Anos depois houve a conferência Rio+10, cujo nome oficial foi “Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável”, que ocorreu na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, e contou com a presença de representantes de 189 países. Os principais pontos dessa cúpula foram a afirmativa da questão do desenvolvimento sustentável com base no uso e conservação dos recursos naturais renováveis e a reafirmação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), proclamados dois anos antes pela ONU.

Foi nessa conferência, contudo, que se aumentaram as críticas sobre a falta de resultados concretos em prol da preservação ambiental e a posição de muitos países no sentido de não abandonarem suas ambições políticas em benefício da conservação dos recursos.

Dez anos mais tarde novamente com realização na cidade do Rio de Janeiro, dessa vez no ano de 2012, a Rio+20 ou Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, desta vez reuniu um total de 193 representantes de países e uma das maiores coberturas jornalísticas mundiais de toda a história, sendo acompanhada dia a dia em todo o planeta. O resultado foi a avaliação das políticas ambientais então adotadas e a produção de um documento final intitulado “O futuro que queremos”, onde foi reafirmada uma série de compromissos. No entanto, críticas apareceram, sendo essas principalmente direcionadas à falta de clareza, objetividade e ao não estabelecimento de metas concretas para que os países reduzam a emissão de poluentes e preservem ou reconstituam suas áreas naturais.

2.1. Princípios e lugares da Educação Ambiental

A Educação Ambiental acontece em diferentes lugares e assume princípios que estão ancorados na legislação, na vivência e nas diversas maneiras de aplicabilidade, que vão desde as questões vivenciais aos mais diversos arranjos governamentais.

Nesse contexto a Educação Ambiental pode ser informal, não-formal e formal e dessa forma ocorrer em todos os âmbitos da sociedade, conforme prescreve a lei 9.795 de 27 de abril de 1999:

Art. 1º. entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei nº. 9.795, de abril de 1999, PRONEA, 2005).

A Educação Ambiental informal é aquela transmitida através dos meios de comunicação [cultura de massa], geralmente elas têm seu objetivo relacionado às questões econômicas, transmitindo nem sempre o que é ideal às populações, mas o que é de interesse de grupos dominantes. Diante deste comentário afirmamos que existe um envolvimento destes grupos com a Educação Ambiental, no entanto, com ideologias diferenciadas. Nesse contexto, o caminho filosófico fundamenta-se numa tendência capitalista.

Outro aspecto discutível é a utilização que os meios de comunicação fazem acerca dos movimentos sociais que ocorrem no país. Como não construíram fundamentos necessários e/ou servem a determinados grupos, emitem visões que quase sempre não beneficiam a população em geral. Mas, de certa forma expandem o movimento social quando dão conhecimento dos fatos que estão ocorrendo.

[...] com a pressão internacional sobre o Brasil devido ao desmatamento da Amazônia ocorreu um *boom* da educação ambiental, excessivamente presente na mídia e com poucos fundamentos filosóficos e pedagógicos. [...] diante desse predomínio da quantidade de práticas em detrimento da qualidade, é compreensível a confusão conceitual, filosófica e metodológica atual da educação ambiental (REIGOTA, 2004, p. 51, 52).

Quanto à Educação Ambiental não-formal a Lei n. ° 9.795 de abril de 1999 prescrevem na Seção III, em seu Art.13 que a Educação Ambiental não-formal se refere às ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais. Incluindo a organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. A Educação Ambiental não-formal conforme afirma Copello (2006), ao parafrasear Pujol (1998, 2001), destaca que “O desenvolvimento da capacidade de atuar não é consequência da realização de atividades pontuais, mas da imersão dos alunos em ambientes que põe em prática o que predicam” (apud SAMARTI e PUJOL, 2002, p. 50). Esta concepção expressa a importância da comunidade como identificadores dos problemas ambientais existentes, analisando-os e propondo alternativas e soluções.

Ela vai além da formal, ultrapassa os muros escolares e assume um terreno que se expande na vida dos povos, caracteriza-se como um espaço de cidadania. São contatos que fazemos com outros e com o ambiente que vivemos. Nele construímos mecanismos de sobrevivência que dão significado a cultura, a forma de nos relacionarmos com a natureza, enfim espaço de saberes. Afinal de contas,

[...] quase tudo que nós vivemos em nossas relações com outras pessoas ou mesmo com o nosso mundo, como no próprio contato direto com a natureza, pode ser, também, um momento de aprendizado. Podemos estar ou não conscientes disso, mas cada troca de palavras, cada troca de gestos, cada reciprocidade de saberes e de serviços com a outra pessoa, costuma ser também um momento de aprendizagem. (BRANDÃO, 2005, p. 86)

Podemos dizer que a Educação Ambiental não formal ocorre em diferentes espaços e se confunde com as organizações de movimentos de lutas, como associação de bairros, comunidades tradicionais e grupos que buscam melhoria de qualidade devida de forma consciente.

Além da Educação Ambiental não formal, temos a formal e está acontece de maneira sistematizada, dentro de nossas escolas. Podemos dizer que nas diferentes esferas e inclusive na dimensão formal, a Educação Ambiental é a maneira de educar visando desenvolver a consciência ambiental, ou seja, é a maneira de percebermos que tudo o que fazemos interfere no meio ambiente. Pois todos os materiais que temos a nossa volta foram feitos com os recursos naturais retirados do meio ambiente; e se não utilizarmos estes recursos com muito cuidado, em pouco tempo muitos deles poderão acabar. No âmbito da escola, os esforços de construir uma nova sociedade, obviamente com resultados a médio e longo prazo, implicam a adoção por parte de educadores e da comunidade escolar de uma postura crítica diante da realidade, sem a qual não é possível empreender a transformação sócio ambiental de uma Educação Ambiental que realmente faça a “diferença”.

Igualmente, interpretamos a escola como um ambiente que estabelece vinculação e informações, com possibilidades de criar alternativas que estimulem os alunos a construírem concepções e posturas de cidadãos conscientes, assumindo responsabilidades e principalmente, percebendo-se como integrantes do meio ambiente. A escola é e continua sendo um espaço importante para o desenvolvimento de valores e atitudes comprometidas com a sustentabilidade ecológica e social.

Uma das questões que levaram o MEC a inserir o meio ambiente como tema transversal foi à contribuição que em termos de educação essa perspectiva pode ter para “evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da corresponsabilidade e da equidade (PCN’s, 2000, p. 19) ”.

Dessa forma é a escola a instituição que pode estabelecer propostas pedagógicas numa perspectiva da não fragmentação do conhecimento, criando possibilidades para o desenvolvimento da Educação Ambiental holística. Nessa perspectiva, os projetos pedagógicos nos diferentes contextos escolares devem orientar para uma prática que reflita mais do que informações e conceitos, que ela trabalhe atitudes, valores, contemplando a aprendizagem de habilidades e procedimentos. Segundo Menezes (2007), “os primeiros passos para trabalhar bem a Educação Ambiental, é criar na escola, um ambiente capaz de envolver os professores de todas as disciplinas [...] e também a comunidade” (REVISTA NOVA ESCOLA, maio 2007, p. 46, 47).

Então, a Educação Ambiental formal é desenvolvida no Brasil segundo Copello (2006) “na maioria das escolas de ensino básico. É uma exigência estabelecida pela constituição de 1988 que se concretiza na forma de Lei na Política Nacional de Educação Ambiental de 1999” (COPELLO, 2006, p. 98). Sendo que o Artigo 2º da Lei n.º 9.795, de abril de 1999, prescreve que:

Art. 2º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal [...] Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental... (PRONEA, 2005, p. 65).

Já o pesquisador Amorim (2005) nos traz posição instigante acerca da Educação Ambiental formal:

[...] quando a Educação Ambiental se ramifica para os espaços educativos institucionalizados, com destaques para as escolas. Ao contrário da identificação que ocorre com a educação popular, nas escolas as fronteiras são a marca principal no que acontece: evidenciam-se fortemente os territórios do ensino das ciências, ensino da biologia, os estudos da natureza (pela ecologia e geografia), a transversalidade do currículo que propõe para o Ambiente uma possibilidade de síntese e organização dos conhecimentos escolares (AMORIM, 2005, p. 144).

Compreende que a educação Ambiental quando desenvolvida na escola marca um espaço principalmente no ensino de ciências, mesmo que de maneira transversal, pois, a temática meio ambiente possibilita uma organização e mesmo uma definição no

decorrer dos trabalhos. No âmbito formal é importante salientar que é bastante comum que a temática transversal meio ambiente e/ou Educação Ambiental tem sido alvo quase sempre dos profissionais que trabalham com ensino de ciências e algumas vezes com os educadores do ensino de geografia.

Isso acontece porque de certa maneira esses profissionais têm uma relação de conteúdo bastante próxima das questões que estamos evidenciando, mas, é sabido também que trabalhar tal temática deve ser tarefa de todos.

Outro fator de relevância a ser discutido neste texto é argumentar sobre o lugar da Educação Ambiental, aí, descobrimos que ela não é exclusivamente formal nem tampouco informal ou não formal e sim compartilhada entre esses âmbitos entende-se que: “[...] esse empreendimento educativo passa a ser responsabilidade de toda a sociedade, e a escola, por sua vez, recebe impulsos para se abrir à comunidade” (COPELLO, 2006 p.97). Visando dessa forma,

[...] provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e a urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito - caracterizando o que poderíamos chamar de um movimento que busca produzir novo ponto de equilíbrio, nova relação de reciprocidade, entre as necessidades sociais e ambientais. (CARVALHO, 2004, p. 158).

Somente teremos verdadeira conscientização ambiental no momento em que a educação formal, não formal e informal unificarem seus esforços em prol das diversas formas de vida no planeta, pois:

A consciência da sociedade humana sobre a degradação ambiental global e a possibilidade de extinguir a vida como conhecemos estimulam-nos a participar do processo que tenta estabelecer um novo paradigma. Nesse sentido, a educação ambiental tem contribuído para a formação de uma consciência nova, que busca na pertinência das ações do cotidiano a edificação dessa outra via. (JORGE, 2003, p. 144).

Então, promover discussões sobre as questões ambientais possibilita que as pessoas reflitam de forma crítica sobre os fatos relacionados à existência do ser humano e das suas relações com a natureza, situação que pode significar mudanças de comportamentos e atitudes.

Nesse processo, todos os lugares onde a Educação Ambiental se desenvolve, é fundamental considerar seus princípios, buscando sempre uma prática que se atente para as relações entre sociedade e ambiente visando à construção coletiva e social.

E ainda que exista a ideia de que a Educação Ambiental tem forte ligação com o ensino de ciências é preciso compreender que a relação ao trabalho pedagógico deve se pautar na transversalidade, ou melhor, pois, o tema meio ambiente no cotidiano escolaré facilitado através de atividades de Educação Ambiental.

2.2.A temática meio ambiente como estratégia de Educação Ambiental

Os PCNs contribuem para o enraizamento da temática ambiental na rede de ensino, quando circula em seu texto questões ligadas ao meio ambiente, pois através deles ligam-se conceitos teóricos a realidade cotidiana dos alunos.

A abordagem a partir dos temas transversais pode significar maior qualidade no processo de formação dos alunos que passam a entender o significado do que estudam, bem como dos professores que são estimulados a enfrentar o conhecimento de forma mais criativa e dinâmica.

A Educação Ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem enfocar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado suas especificidades. (REIGOTA, 2004, p. 25).

Quando discutimos acerca da Educação Ambiental e/ ou a temática meio ambiente em todas as disciplinas, fazemos de certa maneira um entrelaçamento entre transversalidade e interdisciplinaridade, a modos de se trabalhar o conhecimento buscando uma integração de aspectos que muitas vezes ficam isolados quando trabalhados dentro de um tratamento disciplinar. Nessa perspectiva de pensamento o que se deseja é conseguir construir uma visão mais ampla e adequada da realidade, uma visão menos fragmentada, mais sensível e mais útil aos seres humanos.

Dessa forma a Educação Ambiental percorre diversos caminhos na busca do conhecimento (aprendizagem) por isso:

[...] desperta enorme expectativa renovadora do sistema de ensino, da organização e dos conteúdos escolares, convidando a uma revisão da instituição e do cotidiano escolar mediante os atributos da transversalidade e interdisciplinaridade (CARVALHO, 2004, p. 125).

O atributo interdisciplinaridade é uma resposta às necessidades educativas atuais. Pois a disciplinaridade foi resultado do advento da revolução industrial onde tudo fragmentou-se, criando nas escolas o que denominamos como disciplina, gavetas

de conhecimento. Hoje, ao contrário da disciplina temos a interdisciplinariedade, uma busca constante de conciliar os conceitos pertencentes às diversas áreas do conhecimento a fim de promover avanços como a produção de novos conhecimentos ou mesmo, novas sub-áreas.

Soma-se a interdisciplinaridade a transdisciplinaridade, maneira mais complexa de estabelecer entendimentos acerca das relações sociais e educativas, ambas, procuram superar a fragmentação disciplinar.

[...] transversalidade e transdisciplinariedade buscam superar o conceito de disciplina, através da intercomunicação entre as disciplinas, tratando de um tema/ objetivo/ problema comum (transversal). Esta é mais uma razão para defender que as temáticas transversais como a ambiental não sejam trabalhadas por uma nova disciplina, mas através de projetos, capazes de promover a confluência de conhecimento e saberes diversos para a emergência de um olhar mais holístico das realidades consideradas e da construção coletiva e cooperativa de soluções para problemas vividos (OLIVEIRA, 2005. p. 336).

Quando interligados,

[...] transdisciplinariedade e interdisciplinaridade se fundamentam na busca de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados [...] sendo que a interdisciplinaridade se refere a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito a dimensão da didática (PCNs, vol.8, p. 40).

Nessa abordagem pedagógica a transversalidade é um paradigma da educação que diz respeito à possibilidade fazer uma conexão na prática educativa, estabelecendo uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados, questões da vida real e das possíveis transformações socioambientais que possam acontecer em determinado meio. Tem como perspectiva aprender na e da realidade. Uma característica do tema transversal é a continuidade, ainda que de maneiras peculiares das questões do meio ambiente no currículo de maneira organizada e com garantia da continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade.

Então estamos falando sobre o que é tema transversal, e quando se refere a meio ambiente e Educação Ambiental, temos percebido que há certo equívoco por parte da comunidade de educadores por compreenderem que se trata da mesma coisa.

Nesse argumento conceitual, faz-se necessário distinguir que meio ambiente e Educação Ambiental são coisas diferentes com conceitos distintos entre si. Nessa

abordagem gostaríamos de apresentar alguns conceitos sobre meio ambiente, já que essa temática é referenciada como sendo uma das possíveis estratégias de desenvolvimento da Educação Ambiental. Conhecer o meio que se vive enraizar-se neste meio, compreendê-lo e significá-lo, e por fim melhorá-lo de forma coletiva é a utopia da Educação Ambiental.

Kloetzel (1998) define meio ambiente como tudo o que nos rodeia, sendo desde os seres microscópicos até ambientes urbanos diversos. Nesse sentido ao falarmos de meio ambiente pensamos imediatamente nos lugares que habitamos, podemos dizer que é o espaço construído social e culturalmente, mas que inclui no mesmo uma biodiversidade rica em exemplares que compõem os diversos reinos.

[...] a construção social da percepção de que tudo o que vive no universo está em relação, engendra a noção de meio ambiente como uma grande teia onde estão sempre entretecidas a natureza e as relações sociais. Nesse sentido a Educação Ambiental deve ter um ideal de convívio solidário dos sujeitos como parte dessa teia de relações naturais, sociais e culturais que constroem os modos individuais e coletivos de olhar, perceber, usar e pensar o ambiente. (CARVALHO, 2004, p. 181).

Todavia, o meio ambiente que queremos enfatizar neste texto, é aquele que se soma com as questões sociais e de sobrevivência, que perpassa não apenas pelo ser humano e suas atitudes, mas também pelos recursos naturais que estão disponíveis na natureza. Nesses termos estamos falando de um meio socioambiental. Adaptado a isso, pensamos:

[...] meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente [...] o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora [...], aparece como um agente que pertence a teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela (CARVALHO, 2004, p. 37).

A Educação Ambiental quando explicada (ensinada) a adultos; estes apenas acrescentam o que aprendem ao conhecimento já existente; muitas vezes não conseguindo mudar conceitos errôneos. Mas quando o ensino é direcionado a crianças a história é outra, porque começamos a construir uma maneira de se relacionar com o conhecimento, pois as crianças não só aprendem conteúdos como também valores e atitudes e dessa forma constroem suas concepções de mundo, pois alunos conscientes

são cidadãos que se relacionarão com a natureza de forma harmoniosa. E se assim for não serão no futuro adultos tão negligentes como nós. Pois a Educação Ambiental implica em:

[...] desenvolver capacidades e sensibilidades para identificar e compreender os problemas ambientais, para mobilizar-se, no intuito de fazer-lhes frente, e, sobretudo, para comprometer-se com a tomada de decisões, entendendo o ambiente como uma rede de relações entre sociedade e natureza (CARVALHO, 2004, p. 181).

Entretanto, para compreendermos essa complexidade de ensinar e aprender um dos caminhos é optar por conteúdos significativos, aqueles que nesta ótica farão diferença. Nesse sentido iniciar pelo ambiente conhecido, pelo lugar onde moramos é o caminho mais propício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão de literatura, realizada nesta pesquisa, que oportunizou conhecer mais a respeito da visão de alguns teóricos sobre a temática pertinente ao objeto de estudo: “EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS CONTEXTOS”, e a importância de conhecermos um pouco do desenrolar histórico e a evolução entre conferências internacionais sobre Educação Ambiental, seus princípios e ambientes onde ela acontece; a temática meio ambiente como estratégia de ensino da Educação Ambiental no contexto escolar, bem como a escola como formadora de opinião na sociedade.

No contexto atual, em que a humanidade vive em relação ao meio ambiente, a Educação Ambiental exerce papel principal pois é necessário que a escola procure comprometer-se, com ações educativas sobre questões e problemas ambientais, através de métodos ativos, que conscientizem os alunos sobre a necessidade urgente de proteção e preservação do meio ambiente.

Portanto interpretamos a escola como um ambiente que constitui vinculação de informações com possibilidades de criar alternativas que estimulem os alunos a construir concepções e posturas de cidadãos conscientes, assumindo responsabilidades e principalmente, percebendo-se como integrantes do meio ambiente. A escola continua sendo um espaço importante para o desenvolvimento de valores e atitudes comprometidas com a os princípios da Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA. Programa Nacional de Educação Ambiental, ProNEA, 2005

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: A Formação do Sujeito Ecológico* – São Paulo: Cortez, 2004.

COPELLO, Maria Ineés. *Fundamentos teóricos e metodológicos de pesquisa sobre Ambientalizações*, in. UFSCar – *Pesquisa em Educação Ambiental*. – São Carlos: Compacta, 2006.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental. Princípios e Práticas*. 3 ed. – São Paulo: Gaia, 1994.

Disponível em <http://www.mma.gov.br> acessado em 10/11/2017.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá; Secretaria de Estado e Cultura, 1997.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. Explicitação das normas da ABNT*. – 14. ed. – Porto Alegre: s.n., 2006

GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas* – Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

JORGE, Sérgio Paulo de Souza. *Cidadão Amazônico no Meio do Mundo*. In. *Trajetórias e narrativas através da Educação Ambiental* / Marcos Reigota, Raquel Possas, Adalberto Ribeiro (orgs.) – DP&A, 2003.

KLOETZEL, Kurt. *O que é Meio Ambiente*. – São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos; 281).

LEFF, Henrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

LUDKE, Menga. *Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas*/ Menga Ludke, Marli E. D. A. André. – São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Sonia Regina Delavy da. *Educação Ambiental na Família e na Escola: Conhecer para amar e proteger* – Tapera: LEW, 2003.

MENEZES, Débora. *Em Defesa do Planeta*. In NOVA ESCOLA, Ano XXII – Nº. 202 – Maio, 2007.

OLIVEIRA, Haideé Torres. *Conceito, história, relação com a Educação Ambiental*, in. FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (org.) *Encontros e Caminhos: Formação de Educadores Ambientais e coletivos Educadores*. – Brasília: MMA, 2005.

PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *Ciências Naturais/ Secretaria de Educação Fundamental*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *Meio Ambiente e Saúde/ Secretaria de Educação Fundamental*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REIGOTA, Marcos. *O que é Educação Ambiental* – São Paulo: Brasiliense, 2004.

SATO, Michele. *Sentidos Pantaneiros: Movimentos do Projeto Mimoso / Michele Sato [coord.]* – Cuiabá – KMC, 2002.

SZYMANSKI, Heloísa (org). *A Entrevista na Pesquisa em Educação*. Laurinda Ramalho de Almeida e Regina Célia Almeida Rego Prandini – Brasília: Líber Livro Editora, 2004.